

## **FUCVAM: pratica em Artes, urbanidades e sustentabilidade por meio da autogestão na produção de moradias.**

Márcia S. Hirata<sup>1</sup>  
Helena Marchisotti<sup>2</sup>

**RESUMO:** No Brasil, a política federal de habitação da última década, apesar de relevante, ratificou processos espoliativos históricos da produção de nossas cidades. Mesmo algumas experiências que se propunham um processo diferencial de produção da moradia, constituídos por movimentos sociais, ficaram sujeitos a determinantes estruturais que acabaram por repetir o mesmo padrão. Este artigo assim pretende analisar uma outra experiência, um processo de produção da habitação social sob a forma autogestionária no Uruguai, como base reflexiva para as experiências brasileiras semelhantes, o que se dará por meio da transdisciplinaridade entre os debates das artes, urbanidades e sustentabilidade. Para tanto, retomaremos o processo de construção desta política pública de habitação em termos de luta social pela atuação da Federación Uruguaya de Cooperativas de Vivienda por Ayuda Mutua (FUCVAM) destacando o viés poético e sustentável na produção do espaço urbano.

**Palavras-chaves:** produção autogestionária de moradias, FUCVAM, Arte Urbanidade e Sustentabilidade.

**ABSTRACT:** A relevant federal public housing policy occurred in Brasil in the last decade but instead of bringing solutions for its cities, it has ratified the same historical despossession processes. Even some experiences made by social movements that proposes a different kind of housing production, become susceptible to social structures domain and nearly repeated the same pattern. This article proposes an analysis of a specific experience, a social housing processes of production under a selfmanagement form in Uruguai. This is a base of reflection for similar recent brazilians experiences that will incorporate a transdisciplinarity way of articulation of arts, urbanities and sustainability. So, it's going to take the construction process of its housing public policy in terms of social movement lead by Federación Uruguaya de Cooperativas de Vivienda por Ayuda Mutua (FUCVAM), giving light to a its poetic and sustainable face in the urban space production.

**Keywords:** selfmanagement production of housing, FUCVAM, Art-Urbanity- Sustainability

### **INTRODUÇÃO**

A produção de moradias de interesse social faz parte do debate sobre a relevância das políticas públicas para o enfrentamento de parte dos problemas sociais e urbanos de nossas cidades. No entanto, experiências recentes demonstram que, aparentemente uma ironia política, ocorre a constituição de seu inverso: o acirramento de problemas cotidianos na vida de populações de baixa renda, expondo a fragilidade social de um grupo já considerado sob vulnerabilidade social. No Brasil, o Programa Minha Casa Minha Vida

<sup>1</sup> Dr<sup>a</sup> na Universidade Federal de São João del-Rei. E-mail: [marciahirata@ufsj.edu.br](mailto:marciahirata@ufsj.edu.br)

<sup>2</sup>Mestranda na Universidade Federal de São João del-Rei. E-mail: [hmarc7@hotmail.com](mailto:hmarc7@hotmail.com)

(PMCMV), já em sua terceira versão, tornou evidente o que urbanistas vêm criticando desde a atuação do Banco Nacional de Habitação (BNH) nos anos 1970/1980, situação que não se trata de uma especificidade brasileira, mas cuja recorrência principalmente na América Latina indicam um processo global, portanto com questões fundamentais de nossa sociedade. Trata-se de um debate que expõe o cerne de um sistema social intrinsecamente desigual, e que se baseia na apropriação privada da riqueza social por meio da propriedade privada da terra, cuja rentabilidade tornou-se central nos estudos urbanos, a renda da terra. Aqui, somente apontaremos algumas das questões envolvidas deste debate que vem sendo aprofundado há alguns anos, ganhando em abrangência e profundidade como crítica à forma dominante da produção social. Interessa-nos aqui adentrar o debate de sua interface que tem alimentado os conflitos urbanos, as práticas contra hegemônicas de produção da moradia por movimentos sociais, que há muito ocorrem em cidades latinoamericanas: a produção autogestionária de moradias pelas famílias que lutam para não mais comporem o chamado *déficit* habitacional.

Neste sentido, tomaremos uma experiência que se tornou referência mundial na produção da moradia social, a produção pela Federación Uruguaya de Cooperativas de Vivienda por Ayuda Mutua (FUCVAM), que há meio século atua na política de produção de moradias no Uruguai. Esta experiência que já mereceu inúmeros estudos, principalmente pela Arquitetura e Urbanismo, agora será abordada sob um viés interdisciplinar que articula tal área às artes e em termos de sustentabilidade, procurando dialogar com a centralidade dos desafios políticos trazidos pelo atual rentismo baseado na propriedade da terra. Cientes de uma análise que envolve questões centrais em termos sociais e urbanos na atualidade, este artigo propõe introduzir reflexões para esta articulação e assim contribuir para o real debate da sustentabilidade como intrínseca dimensão humana da reprodução social diante de uma realidade urbana, se temos em perspectiva a continuidade de uma vida humana digna neste planeta.

Sem deixar de considerar a relação intrínseca entre os aspectos centrais propostos, entendemos que se trata de um debate em construção. Portanto, primeiramente apresentaremos uma breve síntese histórica da produção da moradia autogestionária pela FUCVAM baseada em seus quatro princípios, quais sejam autogestão, democracia direta, propriedade coletiva e ajuda mútua; em seguida dar enfoque no debate do processo produtivo em si das moradias como questão de sustentabilidade; e enfim discutiremos tanto sua dimensão sustentável como a dimensão *poiética*, uma síntese de articulação

entre as questões aqui levantadas, de modo a contribuir para o aprofundamento reflexivo e prático relacionada à produção humana do espaço urbano.

## **AUTOGESTÃO E PRODUÇÃO DE HABITAÇÃO SOCIAL PELA FUCVAM - URUGUAI<sup>i</sup>**

A experiência do Uruguai em termos de produção de habitação social tem relevância para a produção brasileira por questões históricas. Ela tornou-se referência para a atuação dos movimentos sociais de moradia na Região Metropolitana de São Paulo nos anos 1980, período de efervescência da mobilização social em geral na sociedade brasileira que reuniu diferentes setores da sociedade brasileira, para consolidar em 1988 a Constituição Federal do país. A partir de um engenheiro civil brasileiro que registrou pessoalmente a experiência no Uruguai e a apresentou para os movimentos de moradia em São Paulo naquele período, constituiu-se uma referência que até hoje permanece, agora na forma de intercâmbio de experiências e de organização para o avanço de propostas de políticas de habitação à escala da América Latina.

Já como uma organização de um conjunto de 11 cooperativas, a FUCVAM é formada em 1970, em um contexto de demanda de formação de uma "Ley de Viviendas" no governo Pacheco Aréco, como resultado de um processo iniciado anos inicialmente com poucos grupos cooperados até que se consolidasse em um artigo específico, em seu artigo 10, a forma cooperada de produção de moradias na Lei 13.718/68. Trata-se assim de reconhecimento de uma forma de produção que reconhece as especificidades de uma forma não empresarial. A produção cooperativa aprovada assim incorporou: a criação e regulamentação dos Institutos de Assessoria Técnica, os IATs; uma Unidade de Referência comum para empréstimo e amortização do financiamento do recurso público, conhecida como UR; tal empréstimo se daria pela constituição de um fundo composto pelo aporte de 1% dos trabalhadores e 1% dos empresários; a conformação de uma "carteira nacional" de terras, no Brasil conhecido como "banco de terras", que implica o reconhecimento do conflituoso debate de uma política fundiária atrelada à produção da habitação.

Parte destas premissas básicas foram alteradas ou implementadas parcialmente, permanecendo, no entanto, o preâmbulo que viabilizou a lei e que orienta a atuação da FUCVAM até o momento, o estabelecimento de princípios de ação aplicados em seu cotidiano de organização e mobilização, que resultam de uma experiência anterior de seus

participantes advinda do movimento sindical e seu caráter de tomada de decisões na forma de assembleia, junto a uma tradição cooperativa da história do país. São eles: autogestão, democracia direta, propriedade coletiva e ajuda mútua.

Há uma definição clara e prática destes princípios no material de formação produzido pela própria FUCVAM. Assim, por autogestão, entendem como um aprendizado e prática concreta de gestão coletiva dos recursos disponíveis, o que permite o contínuo reforço do pertencimento e do estabelecimento de laços de compromisso. Nisto, reforçam discernimentos essenciais entre o que se entende por “nos deram uma casa” e “lutamos por uma casa”, ou entre “comprei uma casa” e “construí minha casa”. Democracia direta se entende como o exercício coletivo do poder, o que integra os participantes de cada cooperativa nas decisões de projeto e de direção e controle da obra, o que se dá principalmente em uma Assembleia Geral onde se dão os debates e as decisões entre as famílias, em que se afirmam ou se revogam decisões por meio do voto, em que cada família/sócio corresponde a um voto.

Por propriedade coletiva definem como um único proprietário, a cooperativa, para todo o terreno abrangido pelas unidades habitacionais, em que cada família estabelece um contrato de direito de uso e gozo da área de sua moradia. Trata-se de um princípio cerne questionado por muitos, inclusive por alguns cooperados, mas que afasta a atuação do mercado imobiliário e, portanto, do entendimento da casa como uma mercadoria. Ressalte-se que à época de seu período político ditatorial foi a única forma de acesso a recursos para a construção das moradias. O princípio da ajuda mútua é entendido como um reforço de relações de solidariedade durante o processo de obra, em que todos participam da construção de todas as casas, que tem por trás a constituição de uma cultura de trabalho coletivo, portanto de um sentimento comunitário para a continuidade de busca de melhorias na qualidade de vida urbana.

Junto à integração destes princípios à estrutura de funcionamento da FUCVAM, há ainda o Departamento de Acompanhamento Técnico (DAT), responsável por acompanhar e dar suporte sistemático ao trabalho das cooperativas e do qual participam membros da diretoria da entidade. Entendemos que, com este conjunto de ações baseadas nos princípios, conformam-se as condições para a longevidade da FUCVAM e, assim, da aplicação e efetividade da Lei, pois há a organização da entidade que permite o acompanhamento e contínua avaliação de sua aplicação. Se entendem como necessário ajuste para adequação à realidade das famílias, rapidamente mobilizam-nas para abrir

espaço de negociação junto ao governo, seja municipal, seja federal. Por exemplo, em 1983 iniciou-se um processo de negociação junto ao governo federal para resolverem a situação de endividamento de muitas cooperativas, o que se deu a partir de uma Comissão que após 10 anos obtiveram a revisão do valor da dívida do financiamento. Além disto também negociaram: o estabelecimento de um sistema de "cotas" de acordo com a capacidade de pagamento da renda familiar; o estabelecimento de uma parceria para a viabilização da melhoria das condições de inserção urbana da área da cooperativa, em que esta construía a infraestrutura e o Estado garantia o acesso aos serviços de saúde, escola, educação; garantia-se recursos de 7% para contratação das IATs.

Outros exemplos demonstram a relevância de seus princípios por meio de outras duas grandes mobilizações que marcam a história da política habitacional no país. O primeiro deles é central para o debate sobre o direito à moradia e à cidade: foi um plebiscito conduzido em 1986 sobre uma alteração na Lei 13.718/68, que tinha como objetivo retirar a exigência da propriedade coletiva. A FUCVAM mobiliza-se para estabelecer uma discussão com a sociedade sobre tal mudança, em termos da diferença entre ser um proprietário ou ser um usuário da moradia. O segundo momento deu-se em 2003, para evidenciar o desvio de vultosos recursos do Fundo Nacional de Vivienda, que contou com uma marcha a pé com inúmeras famílias até o balneário Punta del Este, onde vivem as elites uruguaia e argentina, para tornar público tal rombo.

## **ARTE E SUSTENTABILIDADE NA PRÁTICA DA PRODUÇÃO URBANA DA MORADIA SOCIAL**

A experiência do Uruguai traz implicações importantes para os desafios contemporâneos a partir de sua materialidade, trazendo a ideia da arte como meio que leva à urbanidade e à sustentabilidade. William Morris (1870) acredita que o operário deve tornar-se artista, entendendo arte como a manifestação da alegria no trabalho.

Quero falar daquele lado da arte que deveria ser sentido e executado pelo simples operário em seu trabalho cotidiano, e que com razão se chama arte popular. Esta arte não existe mais, destruída pelo comercialismo. Mas ela viveu e floresceu desde o início da luta entre o homem e a natureza até o surgimento do sistema capitalista. Enquanto durou, tudo que o homem fazia era ornamentado pelo homem, assim como tudo o que o faz a natureza é ornamentada pela natureza. (apud FERRO, 2010 p. 271) <sup>ii</sup>

Ferro (2010) desenvolveu esta ideia em termos de exploração do trabalho com enfoque na construção civil, principalmente na produção da moradia, e completa que, por oposição, para ter alegria é preciso estar livre, estando livre para criar, você realiza o que projetou com total autonomia. Sendo o trabalho uma atividade intencionada, podemos pensar que se a intenção do trabalho é sua, você assumiu com total liberdade. A isto chamaríamos de arte. Arte aqui, então, poderia ser entendida como, nada mais que, trabalhar livremente. Guillerm e Bourdet também trazem a dimensão do processo produtivo e a ampliam ao colocar que a questão não consiste em “produzir tais objetos que produzem artificialmente pessoas capazes de consumi-los; consiste em liberar a criatividade dos homens, em restituir-lhes sua atividade poética” (1976, p. 211). Neste sentido, a experiência nos mostra que, ao se aproximar do processo produtivo da construção de moradias resgata-se a capacidade de autonomia sobre o trabalho, capacidade livre criadora e, a consciência da desalienação, deixando de ser uma parte fragmentada para ser conhecedor do processo como um todo.

Para Lefebvre, a materialidade da construção, como obra de construção civil, tem o potencial de ser obra de arte a depender da forma como é socialmente produzida (2001, p. 52). Para tanto, seria necessário reconstituir a totalidade de sua produção a partir do que foi dividido: “as separações entre *práxis* (ação sobre os grupos humanos), *poiesis* (criação de obras), *techné* (atividade armada com técnicas e orientada para os produtos) (2001, p. 36). Na realidade brasileira de produção de uma lógica segregadora de cidade, *práxis* e *techné* fragmentam-se na separação entre quem define sua lógica de produção, hoje hegemonicamente sob a lógica financeira. Esta lógica, ignorando qualquer sentido de *poiesis*, a não ser como instrumento de alienação, agudiza uma forma de apropriação do espaço que visa absorver as rendas possíveis do solo, o que segrega o espaço entre aqueles que podem por ela pagar ou não, o que na realidade brasileira exclui também aqueles que a constroem, o trabalhador do setor da construção civil e seus familiares devido aos baixos salários do setor. Mesmo o arquiteto urbanista, a princípio o profissional responsável pela concepção, aparece como mais uma parte da *techné*, contratado por incorporadoras e grandes investidores apenas para adequar uma *práxis* em que o espaço segue a forma da renda que se espera obter.

A moradia neste sentido é elemento relevante desta produção segregadora de cidade, expressão das contradições da produção do urbano contemporâneo (CARLOS,

2012). Reabilitação de áreas fisicamente degradadas, como áreas portuárias e centros antigos para receber grandes eventos esportivos, por exemplo, têm como contrapartida o insuflamento de moradias populares cada vez mais distantes, muitas vezes em áreas de proteção ambiental onde o mercado formal não adentra e onde os baixos rendimentos de parcela significativa da população consegue pagar. Como consequência, segundo Martins, a "tensão daí resultante se mostra na periferia como um embate com a natureza; nos centros com a sociedade e o mercado" (2011, p. 62), expressas na multiplicação dos problemas urbanos em termos de mobilidade, precariedade de infraestrutura urbana, principalmente de saneamento e de equipamentos públicos, empobrecimento dos espaços coletivos e ainda uma desconstrução das relações sociais.

Se este foi um fenômeno já existente na industrialização brasileira durante o século XX, hoje a demanda dos investimentos financeiros estressa tal lógica para garantir seus rendimentos por meio da valorização imobiliária. Já não é a indústria a principal fonte de acumulação, mas a produção da cidade. Facilita-se o acesso ao crédito para o acesso às diversas formas de construção, ampliando a demanda e justificando o aumento do seu preço em função da alta demanda humana pelo uso do solo, seja por meio da compra ou do aluguel, para moradia ou como ponto comercial. O resultado é a perda de qualidade habitacional e urbana, em que se amplia o debate sobre as periferias do século anterior devido à diminuição da área da moradia, ao avanço da ocupação urbana sobre áreas rurais, de proteção e de risco, pela estigmatização dos espaços públicos, entre outros.

A insustentabilidade desta lógica torna-se evidente e crítica, expondo a fragilidade da forma banal com que se fala em "sustentabilidade" na construção. Diante do exposto anteriormente, qual o impacto de tecnologias como "teto verde", aproveitamento das águas pluviais, sistema de água de reuso, eficiência energética, entre tantos outros? Percebe-se nestas "soluções" ainda uma lógica fragmentada e até mesmo questionável, pois está em questão a multiplicação de construções que ficarão vazias ou que serão pouco utilizadas, independente da tecnologia utilizada, e mesmo que muito utilizadas, por força de um déficit habitacional que tem aumentado a densidade populacional para as famílias de menor renda, serão construções precárias que ameaçam áreas de proteção ambiental.

No caso da produção Uruguaia de moradias, os pilares autogestão, democracia direta, propriedade coletiva e ajuda mútua caminham no sentido de construir um sistema sustentável à medida que procuram abrir um diálogo entre a ciência e as tradições, que consideram e inserem no processo a multiplicidade de fatores imprevisíveis<sup>iii</sup> e os que

podem ser criados e extinguidos dentro e durante o próprio processo (complexidade dos sistemas). É um modo novo de fazer que procura instaurar a democracia participativa, o autoconhecimento e o respeito ao outro, diferente da lógica dominante que instaura um fosso entre ciência e estilos advindos da tradição. O processo de produção de moradia se realiza buscando contornar o mercado imobiliário, em que o usuário aporta recursos com trabalho através da ajuda mútua, que por sua vez significa que, durante o período das obras, constituem uma sociabilidade coletiva que servirá para a gestão da consolidação do morar após a conclusão das obras (Imagem 1).



Imagem 1: COVIJUNTOS 2011, Montevideo Uruguai.  
Foto: Helena Marchisotti - Junho 2017.

A sustentabilidade é constituída na apropriação do processo produtivo e na articulação que fazem entre luta social e construção de políticas públicas, que adéqua o pagamento à capacidade da renda familiar e que coloca a moradia fora do mercado imobiliário, garantindo a permanência das famílias, portanto fortalecendo o valor de uso de uma "moradia digna" como um direito social. Sustentabilidade também na construção em si de sua materialidade com a participação direta das famílias e com o apoio de profissionais. A moradia, sendo uma das principais questões urbanas, interfere na qualidade da produção do espaço, ou seja, a constituição de uma cidade como obra, como nos fala Lefebvre (2001), e o despertar da consciência na aquisição do conhecimento, como



nos fala D'Ambrosio (2011). A partir da premissa fundamental de que moradia é um direito, FUCVAM acumula uma história de quase meio século de participação direta na construção da política habitacional do país. Ao manter-se firme nos pilares de seus princípios, resistiu a várias tentativas de desconstrução, pelo assédio da mercantilização da propriedade e da moradia (pelo governo e por alguns de seus próprios moradores), pela tentativa de desvio de recursos públicos para o setor, pelos empecilhos do acesso à terra, pela busca de diferenciação de acesso ao financiamento de acordo com a renda. Podemos ver a forma como estruturam a apropriação do processo produtivo, por meio de pequenos detalhes presentes no canteiro de obras, como por exemplo as anotações humanizadas no quadro de avisos, que aparecem escritas a mão e com cores (vide imagem 2 abaixo).

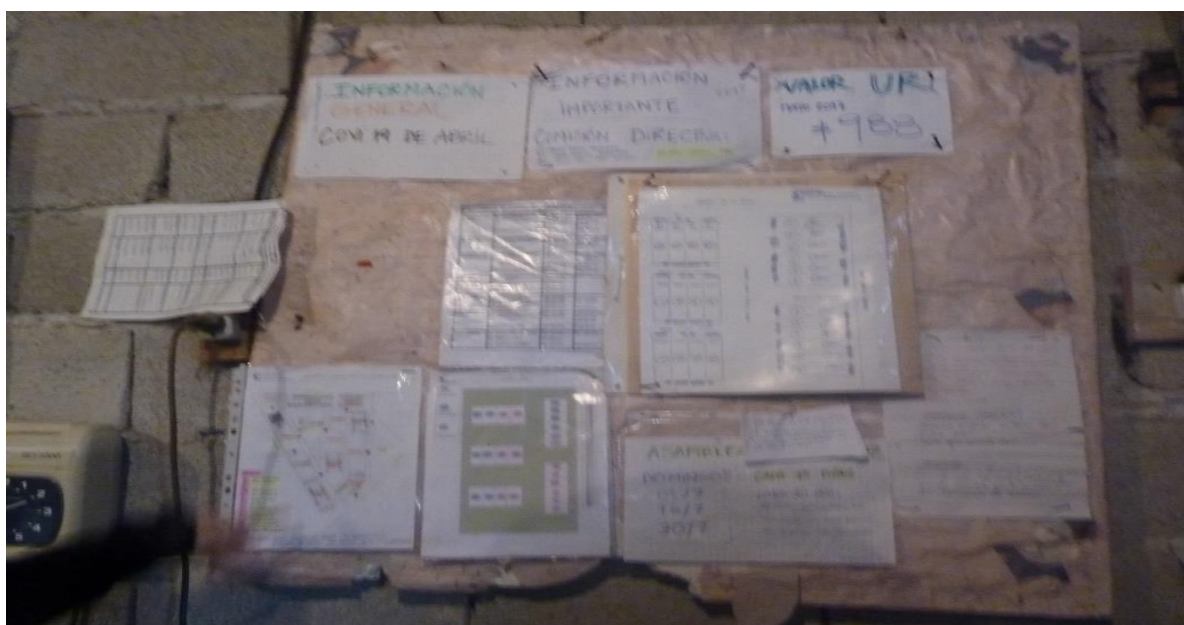


Imagem 2: CO.VI 19 de Abril, Montevideo Uruguai.

Foto: Helena Marchisotti - Junho 2017.

Aparecem também no escritório dentro do canteiro, em que se misturam os usos de descanso e gestão de obra, entre o tempo livre e o tempo de trabalho para refletir sobre estes diferentes tempos, o que se dá pelo manejo de uma planilha de custos da construção em que discutem estratégias para barateamento, para decisões a serem tomadas em assembleias, para acertos e pagamentos de material e pessoal, entre outros.



Imagem 3: COVIEMGRAF, Montevideo Uruguai.  
Foto: Márcia Hirata - Junho 2017.

O resultado deste processo histórico irá se refletir no resultado formal da construção de suas moradias. Como nos diz Lefebvre, “convém apreender o movimento inerente e dissimulado da relação entre a forma e o conteúdo. Não há forma sem conteúdo. Não há conteúdo sem forma” (2001, p. 91). Desta maneira, a qualidade formal que conquistaram, evidente não somente na qualidade construtiva, mas também ao vivenciarmos seu cotidiano, demonstra os desafios para se pensar a atuação do arquiteto urbanista e dos movimentos sociais na luta por políticas habitacionais no Brasil (Imagens 4 e 5).



Imagem 4: Barrio 26, conjunto habitado há 19 anos. Montevideo Uruguai.  
Fonte: Marcia Hirata. Junho 2017.



Imagem 5: ASTICOL conjunto habitado há 1 ano. Conselheiro Lafaiete MG Brasil.  
Foto: Helena Marchisotti. Junho 2017.

Os conjuntos dos exemplos acima, ambos em fase de pós-morar, mostram modelos diferentes de produção e apropriação do espaço. No primeiro caso, um conjunto produzido pela FUCVAM, o envolvimento dos futuros moradores desde a escolha e aquisição do terreno, passando pelas discussões e decisões de projeto e até o acompanhamento de todas as etapas da obra (escolha de método construtivo, contratação de pessoal, compras, ajustes e adequações de projeto durante as obras) *obriga* a todo um processo de gerenciamento coletivo que se consolida na apropriação do espaço após a conclusão das obras. Em contraponto, o segundo modelo, de uma associação de moradia no Brasil, desde a escolha do terreno até a construção de muros e “puxadinhos”, deixa-nos claro que há um distanciamento entre morador e processo devido à concepção e produção por empreiteiras, o que reflete na qualidade do espaço e que gera impacto na paisagem. Esta diferença qualitativa expõe os conteúdos de suas respectivas formas de produção e reprodução, a primeira de lógica coletiva, a segunda sob domínio da lógica privada. Os exemplos também servem para explicitar quão mais perto da ideia de sustentabilidade pode nos colocar o processo de produção da moradia, da arte que resgata a *poiesis* do ser humano livre para criar, recolocando-o como autor de seu produto e seu trabalho como fonte de prazer, fruto de suas próprias concepções.



Imagem 6: COVISET 4. Montevideo Uruguai.  
Foto: Gerônimo Oliveira. Junho 2017.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No caso do Brasil, não há como negar que são várias e significativas as conquistas dos movimentos sociais de luta por moradia na construção das políticas públicas, que implicou em influência na formulação da Constituição Federal de 1988, na criação de um ministério específico, o Ministério das Cidades, na conquista de um fundo específico no governo federal para a produção de moradia, entre outros. Porém, há que reconhecer que pouco avançamos se nos compararmos ao exemplo uruguaio, tanto no que se refere a construção de uma política de habitação sustentável, quanto como obra da produção humana. Temos que considerar que, apesar das imensas contradições a que estamos sujeitos, as manifestações culturais apontam para a necessidade comum da construção de uma democracia efetiva no debate da política pública e de uma real interferência no Estado (que ainda continua apontando como sujeito principal o capital).

Os arranjos locais que apresentam pequenas soluções, porém, constituem-se a partir de brechas encontradas pelos moradores e que se configuraram como estratégias locais daqueles que não conseguem adentrar o mercado formal. Neste sentido, os exemplos mostram que a autogestão na moradia é um modelo de resistência que permite esses arranjos e onde conseguimos resgatar nossa capacidade criadora. Em seu processo de organização, têm o potencial de avançar em estratégias e táticas que podem se multiplicar e estabelecer caminhos que transformam pessoas antes meras demandas de programas assistenciais, para sujeitos políticos que se apropriam das diferentes dimensões do Estado.

Além disso, precisamos fortalecer, desde o momento de formação acadêmica do futuro profissional que irá atuar na área da produção da habitação social, os processos constitutivos de uma *poiesis* arquitetônica, diminuindo a distância entre *práxis* e *techné*, entre desenho e canteiro (FERRO, 2006), entre a concepção, produção e apropriação do espaço de reprodução da vida social. A construção de moradias autogestionárias no Uruguai nos faz ver como estão imbricados as reflexões entre a Arte, a Urbanidade e a Sustentabilidade. Arte que resgata o significado do trabalho livre, que potencializa a capacidade criativa, que resgata no homem o prazer no processo produtivo. Sustentabilidade, categoria em disputa na contemporaneidade, que se dá durante esses processos que transformam o ser humano. Urbanidade que se dá na materialização dos dois processos anteriores, consagrando espaços de apropriação pelo uso e que resgatam a essência Humana.

## REFERÊNCIAS

**ARGAN**, Giulio Carlo. História da arte como história da cidade. Tradução de Pier Luigi Cabra. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

**CARLOS**, Ana Fani Alessandri. Da "organização" à "produção" do espaço no movimento do pensamento geográfico. In: A produção do espaço urbano. São Paulo: Contexto, 2012, p. 53-73.

**D'AMBROSIO**, Ubiratan. A transdisciplinaridade como uma resposta à sustentabilidade in Revista Terceiro Incluído, NUPEAT-IESA-UFG, v.1, n.1, jan-jun, 2011, p. 1-13.

\_\_\_\_\_ Transdisciplinaridade. São Paulo: Palas Athena, 2012.

**FERRO**, Sérgio. A produção da casa no Brasil. In: \_\_\_\_\_. Arquitetura e trabalho livre. São Paulo: Cosac & Naify, 2006, p. 61 - 101.

**FUCVAM**. Bases para laformación de nuevos cooperativistas. Uruguai: Ediciones Trilce 2014.

**GONZÁLEZ**, Gustavo. Marcha a Puntadel Este, una experiênciã audaz de FUCVAM que aparejó um triunfo. Uruguai: Federacion Uruguaya de Cooperativas de Vivienda por Ayuda Mutua, 2016.

**LEFEBVRE**, Henri. O Direito à Cidade. Trad. R.E. Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

**MARTINS**, Maria Lucia Refinetti Rodrigues. São Paulo, centro e periferia: a retórica ambiental e os limites dapolítica urbana. Revista Estudos Avançados, 2011. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010340142011000100005&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010340142011000100005&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt). Acesso em 08/08/2013,.

**NAHOUM**, Benjamín. Algunas Claves: reflexiones sobre aspectos esenciales de la vivienda cooperativa por ayuda mutua. Uruguai: Ediciones Trilce 2013.

**NICOLESCU**, Basarab. O Manifesto da Transdisciplinaridade. São Paulo: Triom, 1999.

**PROGRAMA REGIONAL DE VIVIENDA Y HÁBITAT CCS**. El caminoposible. Producción Social del Hábitat en América Latina. Programa Regional de Vivienda y Hábitat. Centro Cooperativo Sueco. Ediciones TRILCE. ISBN 978-9974-32-583-8. Montevideo, Uruguay. Septiembre 2011.

**VALLÉS**, Raúl; **CASTILLO**, Alina del. Cooperativas de vivienda en Uruguay. Mediosiglo de experiencias. 2ª edição, Montevideo, Uruguay, Facultad de Arquitectura de la Universidad de la República, 2015.

**ZEVI**, Bruno. Saber ver a arquitetura. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

<sup>i</sup> O conteúdo deste item teve como fontes: dois dias de participação na Escola de Formação da FUCVAM, além de documentos cedidos pela própria Federação.

<sup>ii</sup> MORRIS, W. **Political Writings**. Londres: Lawrence and Wishart, 1979.

<sup>iii</sup> A lógica do terceiro incluído de Basarab Nicolescu, em que se extrapolam os limites de certo e errado, e que considera a complexidade de fatores que podem interferir no curso da realidade.